

O MST NA LEITURA DOS JORNAIS: O IMPARCIAL E FOLHA DE SÃO PAULO

Sônia Maria Ribeiro de Souza – Mestranda em Geografia, PPGG/FCT/UNESP/Presidente Prudente

sonirib@ig.com.br

Antonio Thomaz Júnior – Prof. de Geografia dos cursos de Graduação e Pós-Graduação da FCT/UNESP/Presidente Prudente

thomazjr@es.com

Desde sua criação, em 1984, o MST caracterizou-se como um dos poucos movimentos – senão o único – a desafiar francamente o *status quo* brasileiro contemporâneo, propondo-se a romper com os limites usualmente aceitos da legalidade. A luta do MST tem se dado no sentido de forçar a realização de seus objetivos, em especial a redistribuição da propriedade fundiária no Brasil, por meio da reforma agrária.

É desnecessário dizer que a interdição da palavra sempre fez parte do discurso da imprensa sobre o MST, mantendo os fios discursivos que tecem o predomínio de um discurso hegemônico: “O MST é um movimento perigoso”. Os enunciados nos jornais, ao longo dos anos, fixaram e fixam um sentido (uma materialidade) sempre negativo para os sem-terra. Na maneira de enunciar já se encontra um significado reiterado na forma de diferentes denominações: “invasores”, “bando”, “turba”, “guerrilheiros” etc. O que será que esses enunciados têm em comum quando traçada uma linha temporal entre eles? Será que o discurso produzido pela imprensa sobre os trabalhadores que reivindicam e ocupam a terra no Brasil manteve-se inalterado?

Bem, essa pesquisa estuda a produção e manutenção de certos sentidos para o MST: trata-se de um dizer marcado espaço-temporalmente de modo recorrente no discurso jornalístico. Daí uma das nossas indagações: quais as condições que propiciaram esse tipo de discurso? E ainda, de que modo se configura e é fixado no discurso jornalístico, uma forma específica de enunciar o MST?

Tomando esse cenário formulamos o principal objetivo desse trabalho: analisar, a partir de uma prática discursiva, a da imprensa, como o discurso, enquanto uma prática social, organiza, produz e reproduz noções que governam e controlam o espaço identificando mecanismos que, controladores desse espaço, expressam, sustentam e determinam territorialidades.

Analisamos o discurso jornalístico que, no Estado de São Paulo, foi se constituindo sobre o MST, no Pontal do Paranapanema a partir de 1990, período de intensificação da Luta pela Terra, até abril de 2004, o qual foi evidenciando e reafirmando a existência de uma única paisagem, imposta por filtros de interpretação. Durante todo esse tempo, o MST foi

representado como uma ameaça aos proprietários e, por conseguinte à Lei. Entre os anos de 1990 e 2004, a propaganda nos jornais contra os sem-terra, nunca deixou de ser presente, veiculando um imaginário que, imposto pela formação social capitalista, endossa a homogeneização de uma práxis social estratégica que se expressa no controle social sobre os trabalhadores, e sobre o trabalho em particular. Obviamente, essa estratégia nunca impediu a organização dos sem-terra ou que ficassem em silêncio e imobilizados perante o discurso da imprensa. Os enunciados *Sem reforma agrária não há democracia*, e *Terra para quem nela trabalha* sempre foram ditos e, em maior ou menor intensidade, fizeram parte dos noticiários da imprensa independente dos sentidos que lhes foram atribuídos.

Por essa razão, para analisar o processo de construção do MST como *outro* recorreremos ao processo de produção dos sentidos, das formas de sua circulação e da fixação de um sentido/memória. Isto é, até que ponto o discurso jornalístico pode ser considerado um elemento atuante na construção dessa imagem do MST como inimigo? Ou ainda, de que modo o discurso jornalístico pode didatizar um evento/acontecimento MST vinculado-o ao perigo e a ameaça? Qual o seu papel ao colocar em circulação tal representação?

Estas questões, no plano teórico-metodológico, levou-nos a incorporar a discussão sobre o funcionamento do discurso, considerando, de acordo com a Análise do Discurso (AD): a relação de constituição entre linguagem e história na produção de sentidos, e espaço, discurso e território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave na geografia. In: CASTRO, I. E. et al (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 15-47.
- FERNANDES, B. M. MST: formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga. A. Sampaio. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- ORLANDI, E. P. et al. *Vozes e contrastes: discurso na cidade e no campo*. São Paulo: Cortez, 1989.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi (et al.) 3ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- SANTOS, M. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 2ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1997.
- THOMAZ JR, A. Desenho societal dos sem terra no Brasil. Campinas: *Revista Abra*, v.30, n. 1, 2 e 3, jan. dez., 2001.

EL MST EN LA LECTURA DE LOS PERIÓDICOS *O IMPARCIAL* Y *FOLHA DE SÃO PAULO*

Sônia Maria Ribeiro de Souza – Mestranda em Geografia, PPGG/FCT/UNESP/Presidente Prudente
sonirib@ig.com.br

Antonio Thomaz Júnior – Prof. de Geografia dos cursos de Graduação e Pós-Graduação da FCT/UNESP/Presidente Prudente
thomazjr@es.com

Desde su creación, en 1984, el MST se ha caracterizado por ser uno de los pocos movimientos – sino el único – a desafiar directamente el *status quo* brasileño contemporáneo, proponiéndose romper con los límites normalmente aceptados de la legalidad. La lucha del MST se ha orientado en el sentido de forzar la realización de sus objetivos, especialmente la redistribución de la propiedad de la tierra en Brasil, por medio de la reforma agraria.

No es necesario insistir en que la interdicción de la palabra siempre ha hecho parte del discurso de la prensa sobre el MST, manteniendo los hilos discursivos que tejen el predominio de un discurso hegemónico: “*El MST es un movimiento peligroso*”. Los enunciados de los periódicos, a lo largo de los años, determinaron y determinan un sentido (una materialidad) siempre negativo hacia los sin-tierra. En la manera de enunciar ya se encuentra un significado reiterado en la forma de diferentes denominaciones: “invasores”, “bando”, “turbamulta”, “guerrilleros”, etc. ¿Qué tienen en común estos enunciados cuando trazamos una línea temporal entre ellos? ¿El discurso producido por la prensa sobre los trabajadores que reivindican y ocupan la tierra en Brasil se mantuvo inalterado?

Esta pesquisa estudia la producción y el mantenimiento de ciertos sentidos hacia el MST: se trata de un decir marcado espacio-temporalmente de modo recurrente en el discurso periodístico. Por eso una de nuestras indagaciones se centra en: ¿Cuáles son las condiciones que propiciaron este tipo de discurso? y ¿de qué modo se configura y se determina en el discurso periodístico una forma específica de enunciar al MST?

Con este escenario como punto de partida formulamos el principal objetivo de este trabajo: analizar, a partir de una práctica discursiva, la de la prensa, cómo el discurso, tomado como práctica social, organiza, produce y reproduce nociones que gobiernan y controlan el espacio, identificando mecanismos que, controladores de ese espacio, expresan, sustentan y determinan territorialidades.

Específicamente, analizamos el discurso periodístico que, en el Pontal do Paranapanema (Estado de São Paulo), se constituyó sobre el MST a partir de 1990, período de intensificación

de la Lucha por la Tierra, hasta abril del 2004, el cual evidenció y reafirmó la existencia de un único paisaje impuesto por filtros de interpretación. Durante todo este tiempo, el MST fue representado como una amenaza a los propietarios y, por consiguiente, a la Ley. Entre los años de 1990 y 2004, la propaganda en los periódicos contra los sin-tierra, nunca dejó de estar presente, pasando un imaginario que, impuesto por la formación social capitalista, respalda la homogeneización de una praxis social estratégica que se expresa en el control social sobre los trabajadores y sobre el trabajo en particular. Obviamente, esta estrategia nunca impidió la organización de los sin-tierra o provocó que se mantuviesen en silencio e inmovilizados delante del discurso de la prensa. Los enunciados *Sin reforma agraria no hay democracia* y *Tierra para quien la trabaja* siempre fueron dichos y, en mayor o menor intensidad, hicieron parte de las noticias de la prensa, independientemente de los sentidos que les fueran atribuidos.

Por esa razón, para analizar el proceso de construcción del MST como *el otro* recurrimos a los procesos de producción de los sentidos, de las formas de su circulación y de la determinación de un sentido/memoria. O sea, ¿hasta qué punto el discurso periodístico puede ser considerado un elemento actuante en la construcción de esa imagen del MST como enemigo? o ¿de qué manera el discurso periodístico puede “didatizar” un evento/acontecimiento sobre el MST vinculándolo al peligro y a la amenaza? ¿Cuál es su papel al colocar en circulación tal representación?

Estas cuestiones en el plano teórico-metodológico, nos llevaron a incorporar la discusión sobre el funcionamiento del discurso, considerando de acuerdo con la Análisis del Discurso (AD): la relación de constitución entre, por un lado, lenguaje e historia en la producción de los sentidos, y, por otro lado, espacio, discurso y territorio.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave na geografia. In: CASTRO, I. E. et al (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 15-47.

FERNANDES, B. M. MST: formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga. A. Sampaio. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

ORLANDI, E. P. et al. *Vozes e contrastes: discurso na cidade e no campo*. São Paulo: Cortez, 1989.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi (et al.) 3ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 2ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1997.

THOMAZ JR, A. Desenho societal dos sem terra no Brasil. Campinas: *Revista Abra*, v.30, n. 1, 2 e 3, jan. dez., 2001.